

Análise de fundo de vale do Município de Cascavel

GIUSTI, Marina.¹

BERGAMO, Ana Paula Rodrigues Horita.²

RESUMO

Este trabalho faz uma análise do fundo de vale próximo ao centro universitário da Fag, através dos mapas de zoneamento e macrozoneamento da Cidade de Cascavel/PR, e das leis dispostas no Plano Diretor. Os fundos de vale são áreas de proteção ambiental localizadas nas margens de rios, priorizando a preservação de seus recursos hídricos, geográficos, entre outros. O macrozoneamento é o referencial espacial geral para o Município, definindo as áreas de ocupação e expansão de cada zona, auxiliando no estudo de caso do fundo de vale. A preservação dessas áreas é importante tanto para o equilíbrio do ecossistema como para o desenvolvimento social, cultural e ambiental dentro da cidade, influenciando diretamente na vida dos moradores da região.

PALAVRAS-CHAVE: Urbanismo, Fundo de Vale, Legislação, Área de Proteção Permanente, Macrozoneamento.

1. INTRODUÇÃO

O assunto deste relatório é a análise de fundo de vale do Município de Cascavel. A justificativa é: exercício prático do Urbanismo onde o aluno tem a oportunidade de participar efetivamente da experiência profissional, compreendendo as consequências reais da interferência no meio urbano. A problemática da atividade é: Qual a importância do estágio para o acadêmico-estagiário? A atividade de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório integra a estrutura curricular do Curso de Arquitetura e Urbanismo e tem por finalidade assegurar ao acadêmico estagiário vivenciar experiências nas diversas áreas de competência da atuação profissional.

O objetivo geral do relatório é identificar e analisar fundos de vale do Município de Cascavel – Pr, em relação a legislação municipal e as áreas existente. Os objetivos específicos são: I. Levantamento de lei que define a MACROZONEAMENTO MUNICIPAL, sua classificação; II. Levantamento da lei que define o ZONEAMENTO MUNICIPAL, sua classificação e suas definições; III. Levantamento dos mapas de zonas e macrozonas na qual o fundo de vale está inserido; IV. Realizar levantamento de dados fotográficos; V. Realizar anotações de dados sobre o local; VI. Análise comparativa das leis e mapas com o fundo de vale existente. VII. Relatar através de relatório todas as atividades observadas e relacionar com as disciplinas do curso de Arquitetura CAUFAG. VIII. Relacionar as atividades observadas com normas, bibliografias e artigos.

¹Acadêmica do 10º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: ma_giusti@hotmail.com

²Professora Orientadora. E-mail: arq.anapaula@hotmail.com

2. REFERENCIAL TEÓRICO OU FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Kevin Lynch (1997) explica que a cidade é construída para uma grande quantidade de pessoas, com diferenças de formação, temperamento, ocupação e classe social; e que a mesma deve ser adaptável aos hábitos perceptivos de cada um, aberta à mudança de função e significado, receptiva à formação de novas imagens, convidando seus observadores a explorar o mundo.

“Os conceitos de drenagem urbana evoluíram de diretrizes que se apoiavam em promover um aumento da condutividade hidráulica para aquelas que preveem a reservação de água pluvial nas proximidades de onde ela se precipita. Isso quer dizer que, na maior parte dos casos, se passou da ideia de retificar e canalizar cursos d’água, com o objetivo de expulsar rapidamente toda a água precipitada, para a elaboração de formas de retardamento dessa água, principalmente porque começou a ficar claro para todos que os impactos da forma precedente de tratamento eram muito grandes nos cursos d’água à jusante” (TRAVASSOS, 2010, p. 41).

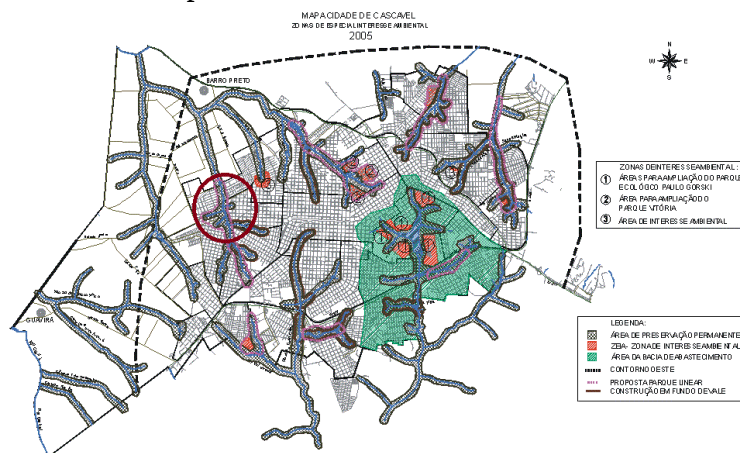
2.1 BREVE FUNDAMENTAÇÃO DE FUNDO DE VALE E ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE

Os fundos de vale são espaços ambientais dentro do centro urbano, geralmente causando vários problemas na cidade, como enchentes e acumulação de esgoto sem tratamento. Arlete (2012) diz que além serem tratados como barreiras geográficas e obstáculos para o desenvolvimento urbanístico, os rios se tornam o depósito de quase tudo que a sociedade descarta, se tornando um sistema de drenagem urbana. Segundo Barros (2003) as Áreas de Proteção Permanente (APPs) são áreas que se encontram na margem de rios, nascentes, lagos, encostas, lugares com declividade maior que 100% ou 45% e outras situações declaradas pelo poder público para amenizar a erosão de terras, formar faixas de proteção ao longo de ferrovias e rodovias, e proteger locais de valor científico, histórico, social ou cultural.

2.2 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE CASCAVEL

Segundo o Estatuto da Cidade (2002) o macrozoneamento é o que determina o uso e ocupação do solo na cidade, juntamente com as normas políticas urbanas. Ele define vastas áreas de ocupação e expansão das zonas rurais e urbanas, zonas de preservação nativa, zonas centrais a serem reprovadas, zonas periféricas de uso comercial e serviço. Como disposto no Art. 102. da Lei Complementar Nº 28, em janeiro de 2006, a Macrozona de fragilidade ambiental urbana define as Subzonas de Proteção como áreas de proteção impostas pela lei federal que possuem rios, nascentes ou qualquer vegetação nativa para preservar. Já as Subzonas de Uso e Ocupação Controladas são áreas envolvidas pelas nascentes de abastecimento de água e áreas que beiram faixas de preservação permanente dos cursos d’água.

Figura 01: Zonas de especial interesse ambiental da cidade de Cascavel/PR.



Fonte: Prefeitura de Cascavel, disponível em:

<http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/09072009_02zeiacidade.gif>

3. METODOLOGIA

A metodologia foi de acompanhar por três semanas as atividades do estágio de Urbanismo, registrando e anotando os procedimentos, realizando encontros semanais com o professor orientador para apresentar as atividades acompanhadas durante a semana, depois na quarta semana desenvolver o relatório com essas atividades, relacionando com livros, normas e artigos sobre as atividades.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Através dos estudos in loco do fundo de vale indicado abaixo (figura 02), na região da FAG em Cascavel, é observada a falta de cuidado e a degradação nesse local, o córrego contém lixo, entulho e apresenta uma característica suja, além de não possuir uma faixa de preservação regular e algumas construções urbanas.

Figura 02: Mapa e vista superior do fundo de vale.



Fonte: Google Maps.

A partir do levantamento fotográfico e das imagens apresentadas abaixo é possível observar que na região da Avenida das Torres a vegetação na margem é mais densa e praticamente intacta, mas na área mais próxima à Avenida Brasil, a vegetação está degradada e com algumas ocupações irregulares.

Figura 03: Vista do fundo de vale da Avenida Brasil.



Fonte: acervo pessoal.

Figura 04: Fundo de vale na Avenida das torres.



Fonte: Google Street View.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos conceitos e definições analisados do plano diretor da cidade, das leis de macrozoneamento, zoneamento e das leis de preservação ambiental, foi possível verificar as características do fundo de vale próximo ao centro universitário da FAG. Foi verificado que a área entre a Avenida Brasil e a Avenida das Torres segue alguns critérios definidos pela Lei municipal, com uma faixa permeável razoável nas margens e nenhuma edificação. Entretanto, na região sul da Avenida Brasil, são encontradas algumas construções próximas e falta de vegetação ripária, muito lixo e sujeira no curso do rio. Essas construções irregulares e de baixa renda na beira do rio influenciam na poluição e assoreamento do rio, na marginalização do entorno, em vez de cumprir sua tarefa perante à legislação. É concluído que o fundo de vale estudado encontra-se num estado de desleixo e com falta de preocupação do governo municipal e da população, que em vez de contribuir para a infraestrutura da região somente degrada o espaço, sendo inevitável a implantação

de uma legislação racional e uma nova postura dos cidadãos em relação aos fundos de vale. No estágio curricular realizado a partir dessa análise, foi possível analisar a função do arquiteto e urbanista na formulação de leis e fiscalização das mesmas, aplicando corretamente as medidas necessárias nessas áreas críticas da cidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Miriam Vizintim Fernandes et al. **Identificação das ocupações irregulares nos fundos de vale da cidade de Londrina/PR por meio de imagem Landsat 7**. Curitiba: Editora UFPR, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Guia para Implementação Pelos Municípios e Cidadãos**. 2ª ed. Brasília: câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2002.

CARDOSO, Francisco José. **Análise, concepção e intervenções nos fundos de vale da cidade de Alfenas [MG]**. Labor & Engenho, Campinas [SP], Brasil, v.3, n.1, p.1-20, 2009. Disponível em: <www.conpadre.org> e <www.labore.fec.unicamp.br>.

FARRET, R. L.; GONZALES, S. F. N.; HOLANDA, F. R. B.; KOHLSDORF, M. E. **O espaço da cidade**. 1 ed. São Paulo: Projeto, 1985.

FRANCISCO, Arlete Maria. **Os Desafios do Planejamento Urbano em Áreas de Fundo de Vale Consolidadas: o Caso da Microbacia do Córrego do Veado em Presidente Prudente, SP**. 2012. Dissertação (Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MORETTI, Ricardo de Souza. **Terrenos de fundo de vale- conflitos e propostas**. Técnica. São Paulo [SP]: PINI, 9 (48): 64-67, 2000a.

PUBLICADA EM 03/02/2006 – Jornal: O Paraná LEI COMPLEMENTAR Nº. 28, de 27 de janeiro de 2006.

TRAVASSOS, L. R. F. C. **Revelando os rios: Novos Paradigmas para a intervenção em fundos de vale urbanos na Cidade de São Paulo**. 2010. Tese de doutorado (Pós-graduação em ciência ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo.